



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2017
ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº XX/2017
SEI Nº 0020616-03.2017

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA MINERAL E VASILHAMES PLÁSTICOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR MEIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS, E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

A União, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS**, com sede Avenida Teotônio Segurado, Quadra 202 Norte, Conjunto 01, Lotes 01/02, Palmas/TO, inscrito no CNPJ sob o nº 05.789.902/0001-72, neste ato representado por seu Diretor-Geral — **José Machado dos Santos**, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade nº 1.565.192 SSP/DF e do CPF nº 412.307.011-68 — e pelo Secretário de Administração e Orçamento — **Teodomiro Fernandes Amorim**, brasileiro, casado, portador do documento de identidade nº 1.522.273 SSP/GO e do CPF nº 282.526.081-91 —, daqui por diante denominado CONTRATANTE, e a empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, com sede na XXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob o nº XXXXXXXXXXXXXXXX, representada por XXXXXXXXXXXXXXXX, brasileiro(a), portador(a) da carteira de identidade nº XXXXXX, SSP/XX e do CPF nº XXXXXXXX, doravante denominada CONTRATADA, celebram o presente instrumento, com fundamento na Lei Federal nº 10.520/2002 e no Decreto 5.450/2005, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/1993, em conformidade com o Edital do Pregão Eletrônico nº 51/2017, seus anexos e os termos da proposta da contratada, originados no Processo Eletrônico SEI nº 0020616-03.2017, mais as cláusulas e condições adiante descritas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente contrato tem como objeto a contratação do fornecimento de água mineral e vasilhames plásticos de 20 litros, para atender às demandas da sede deste Tribunal e dos Cartórios Eleitorais no exercício 2018 mediante requisição prévia, com quantitativo estimado da seguinte forma:

ITEM	UNIDADE	QTD	ESPECIFICAÇÃO
1	Unidade	3.250	Água mineral natural sem gás, de boa qualidade, sem vasilhame, em garrações de 20 litros, com invólucro que proteja a

			parte do vasilhame que entrará em contato com a água do bebedouro, dentro dos padrões estabelecidos pelo DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral), com marca, procedência e validade impressas no rótulo do produto. Fornecimento mediante troca de vasilhame.
2	Unidade	200	Garrafão de 20 litros, em plástico, para acondicionamento de água mineral natural.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO

2.1 Os recursos financeiros destinados à cobertura das despesas oriundas deste Contrato correrão as expensas dos créditos orçamentários consignados ao Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins na Lei Orçamentária Anual da União de 2018, disponibilizado na Ação Orçamentária 02.122.570.20GP.0017 – Julgamento de Causa e Gestão Administrativa da Justiça Eleitoral; nos seguintes Elementos de Despesas: 3.3.3.9.0.30.21 – Material de Consumo – Gêneros de alimentação e 3.3.3.9.0.30.19 – Material de Consumo – Material de Acondicionamento e Embalagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1 O valor anual do presente contrato é de R\$ XXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXX), conforme detalhamento abaixo:

UNID	QTD	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Unidade		Água mineral natural sem gás, de boa qualidade, sem vasilhame, em garrafões de 20 litros		
Unidade		Garrafão de 20 litros, em plástico, para acondicionamento de água mineral natural.		
TOTAL				

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1 O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente da CONTRATADA por ordem bancária, em até 5 (cinco) dias úteis, após apresentação da Nota Fiscal/Fatura, em 1 (uma) via, devidamente atestada por servidor da Seção de Patrimônio e Almoxarifado (SPA).

4.2 A nota fiscal/fatura deverá indicar o número da conta corrente e agência bancária para emissão da respectiva Ordem Bancária, além do número da nota de empenho.

4.3 Sobre a fatura incidirão os tributos legalmente instituídos e multas que eventualmente vierem a ser aplicadas. Sendo a Contratada isenta ou beneficiária de redução de alíquota de qualquer imposto, taxa ou de contribuição social ou ainda

optante pelo SIMPLES, deverá apresentar junto com a fatura, cópia do comprovante respectivo.

4.4 A nota fiscal/fatura apresentada em desacordo com o estabelecido neste contrato ou com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvida à CONTRATADA com a interrupção do prazo previsto para pagamento. A nova contagem do prazo será iniciada a partir da respectiva regularização.

4.5 A CONTRATADA não poderá apresentar nota fiscal/fatura com CNPJ diverso do qualificado no preâmbulo deste Contrato.

4.6 Em caso de irregularidades na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, devidamente regularizado.

4.7 O Tribunal se reserva o direito de descontar do pagamento da contratada os eventuais débitos, inclusive os relacionados com multas, danos e prejuízos contra terceiros.

4.8 Não serão pagos os produtos fornecidos em desacordo com a quantidade e as especificações detalhadas neste Contratado.

4.9 Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou à atualização monetária.

CLÁUSULA QUINTA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

5.1 Sem prejuízo da plena responsabilidade da CONTRATADA, o contrato será fiscalizado e acompanhado pelo CONTRATANTE, por intermédio da chefia da Seção de Patrimônio e Almoxarifado, ou seu substituto, tudo de acordo com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES EM GERAL

6.1 Caberá à Contratada:

- a) entregar os itens, de acordo com as quantidades especificadas, nos endereços mencionados no item 9.7;
- b) não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do presente contrato;
- c) manter, durante toda a execução, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório que o originou;
- d) trocar às suas expensas, os materiais que vierem a ser recusados, sendo que o ato de recebimento não importará em aceitação;

6.2 Caberá ao Contratante:

- a) Acompanhar a execução deste contrato;

- b) Pagar, até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da Nota Fiscal/Fatura atestada;
- c) Fornecer à Contratada todas as informações relacionadas com o objeto deste contrato;
- d) Notificar por escrito a Contratada, a respeito de quaisquer irregularidades constatadas no fornecimento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

7.1 O atraso injustificado na entrega dos materiais sujeitará a Contratada à multa de mora calculada sobre o valor do contrato, sem prejuízo das demais sanções, inclusive a prevista no inciso IV, do art. 78, da Lei nº 8.666/93, que será aplicada na forma seguinte:

- a) atraso de até 24 (vinte e quatro) horas, multa diária de 0,4%, calculada sobre o valor da requisição;
- b) atraso superior a 24 (dois) horas, multa diária de 0,8% sobre o valor da requisição, limitada a 10% (dez por cento), sem prejuízo da rescisão unilateral por parte da Administração.

7.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, a Contratada ficará sujeita às penalidades:

- a) advertência por escrito sobre o descumprimento das cláusulas contratuais e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;
- b) multa compensatória no percentual de até 10 % (dez por cento) calculada sobre o valor da contratação;
- c) impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme art. 7º da Lei nº 10.520/2002.

7.3 O valor da multa aplicada será retido dos pagamentos devidos pelo Tribunal e, caso não sejam suficientes, a diferença será cobrada de acordo com a legislação em vigor.

7.4 A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Contrato.

7.5 As multas e outras sanções administrativas só poderão ser relevadas motivadamente por conveniência administrativa, mediante ato devidamente justificado, expedido pela autoridade competente.

7.6 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de suspensão de licitar, a Contratada será descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA E DO REAJUSTE

8.1 O presente contrato vigorará de sua assinatura até 31/12/2018, com fulcro no artigo 57, caput, da Lei 8.666/93, período em que os valores contratados não sofrerão reajustes.

CLÁUSULA NONA – PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA

9.1 A requisição deverá ser por escrito ou via telefone, emanada da Seção de Patrimônio e Almoxarifado ou da Coordenadoria de Serviços Gerais.

9.2 Os produtos poderão ser requisitados também pelo fórum da 29ª Zona Eleitoral da cidade de Palmas/TO.

9.3 A Os produtos descritos no lote 01 poderão ser requisitados semanalmente.

9.4 A Contratada deverá atender às requisições de fornecimento dos produtos descritos no lote 01 poderão ser requisitados no prazo máximo de 24h (vinte e quatro horas).

9.5 A Contratada deverá substituir os materiais recusados pela Contratante no prazo máximo de 24h (vinte e quatro horas), depois da ciência da comunicação, via fax, e-mail ou ofício.

9.6 - Na ocasião da entrega, a empresa terá os seus materiais analisados, sendo que aquele que não atender ao padrão de qualidade exigido será devolvido, ficando pendente o pagamento até que seja sanado o problema.

9.7 A contratada deverá entregar os materiais nos seguintes locais e endereços

- a) Sede do Tribunal Regional Eleitoral - Seção de Serviços Gerais (Quadra 202 Norte Av. Teotônio Segurado, Conjunto 1, Lotes 1 e 2 – subsolo, Plano Diretor Norte - Palmas – TO);
- b) Seção de Patrimônio e Almoxarifado do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins, situada no Anexo II, Quadra 112 Sul, Rua SR 03, Lote 32, Plano Diretor Sul, CEP: 77.020-172, Palmas – TO. No Anexo I, situado na quadra 103 Norte Av. LO 02, Nº 53, Setor Norte, CEP 77.001-022 Palmas/TO;
- c) Central de Urnas, 203 Norte, Alameda 08, Lote 01/06, Palmas-TO e na sede da 29ª Zona Eleitoral situada na Quadra 104 sul, Avenida LO 01, Conjunto 1, Lote 33; e,
- d) em caso de realização de eventos externos por este Tribunal, em qualquer local situado no Plano Diretor de Palmas, sem quaisquer ônus para a Contratante.

9.8 Relativamente ao disposto na presente Cláusula, aplica-se também, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei 8.078, de 11/09/1990, Código de Defesa do Consumidor.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

10.1 Constituem motivos para a rescisão do Contrato as situações previstas nos artigos 77 e 78, na forma do artigo 79, inclusive com as consequências do artigo 80, todas da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO

11.1 O presente Contrato será publicado, em extrato, no Diário Oficial da União, conforme determina o Parágrafo Único, do artigo 61, da Lei nº. 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO AUMENTO E SUPRESSÃO

12.1 A Contratada obriga-se a aceitar nas mesmas condições retro mencionadas, os acréscimos ou supressões que forem convenientes ao Contratante, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor deste instrumento, consoante art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1 Para dirimir eventuais conflitos oriundos do presente Contrato é competente a Justiça Federal/Seção Judiciária de Palmas, Capital do Estado do Tocantins.

E por estarem assim de pleno acordo, firmam as partes o presente instrumento em meio eletrônico, por intermédio do Sistema Eletrônico de Informações do CONTRATANTE.

Palmas/TO, ____ de novembro de 2017.

CONTRATANTE:

JOSÉ MACHADO DOS SANTOS

Diretor-Geral do TRE-TO

TEODOMIRO FERNANDES AMORIM

Secretário de Administração e Orçamento do TRE/TO

CONTRATADA:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Representante da Contratada